

CONTRAPARTIDA

Redução de impostos dado pelo governo visa atrair empresas de médio e grande porte para AL

Alagoas deixará de arrecadar cerca de R\$ 500 milhões com isenção fiscal

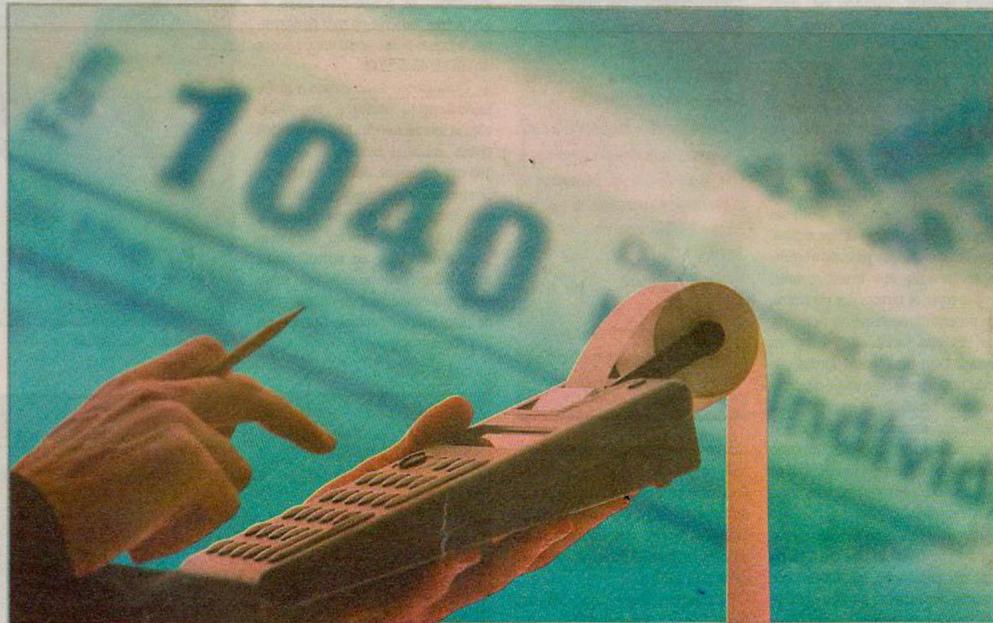
Gilca Cinara
Repórter

"Uma mão de via dupla". O trocadilho utilizado no dia a dia da população pode ser bem empregado sobre o programa de incentivo fiscal dado pelo governo de Alagoas para a vinda de novas indústrias e empresas para o estado. Enquanto essas empresas trazem desenvolvimento e colocam Alagoas na mira do mercado econômico nacional, o estado tem perdido, consideravelmente, com a redução, e até mesmo, com isenção total de impostos.

Pela Lei Orçamentária Anual de 2014 estima-se que Alagoas deixe de arrecadar cerca de R\$ 500 milhões nesse ano. De acordo com dados da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento (Seplane), das 100 novas empresas, que chegaram ao estado, 88 recebem algum tipo de isenção fiscal. Os empreendimentos são médio e grande porte e estão instalados nos principais polos industriais alagoanos.

Os benefícios oferecidos pelo governo são dentro do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (Prodesin). Eles podem ser nas três modalidades: fiscais, creditícios e locacionais, onde todos se diferenciam, conforme o acordo firmado. Pelo Prodesin, que tem como base a Lei 5.671 de 01 de fevereiro de 1995, uma empresa que recebeu o Incentivo Fiscal recebe um diferimento do ICMS na aquisição de bem para o ativo fixo; diferimento na aquisição de matéria-prima, e crédito fiscal presumido de 50% do ICMS nas saídas de produção industrializada. Esse diferimento tem como base o diferencial da alíquota.

Já no incentivo creditício, que financia o saldo devido pelas empresas de parte do ICMS, é concedido da



seguinte maneira: 75,00% nos dois primeiros anos e 52,50% pelo período restante de fruição. Com isso a empresa tem carência de dois anos, o valor é dividido em 84 mensais e consecutivos, sem juros e correção monetária, com um prazo de fruição de 15 anos.

Para o professor e mestre em Economia, Fábio Guedes, o principal mecanismo utilizado pelos estados para praticar isenção fiscal é a redução da alíquota de ICMS ou sua completa isenção de pagamento. Com o incentivo, segundo ele, alguns estados do Nordeste, com menor capacidade de investimento e que não possuem folga fiscal, acabam cortando do Fundo de Participação do

Estado (FFE) para cobrir suas despesas.

ISENÇÃO

"Então, a isenção fiscal passa a ser uma estratégia de atração de empresas no contexto de uma guerra fiscal travada entre os estados, principalmente conduzida por aqueles são mais ricos e com elevada capacidade de investimentos. Para esses, a renúncia fiscal talvez não impacte tanto em suas finanças públicas, mas para os estados mais pobres ainda é muito duvidoso se as isenções fiscais são mais favoráveis que aumento das receitas públicas caso não houvesse esses privilégios", destacou.

Com os R\$ 500 milhões não arrecadados, Guedes afirma que o valor faria efeito positivo se aplicado em áreas prioritárias do estado como saúde, educação, infraestrutura e melhorias no padrão salarial e condições de trabalho do servidor público. Ao ser questionado se o estado poderia conceder esses incentivos, já que apresenta dados negativos nas áreas citadas, o economista ressalta que nenhum estado está apto para beneficiar as empresas, já que é essa isenção é inconstitucional.

Segundo ele, os governos esbarram nas pressões econômicas empresariais e políticas por necessidades de geração de emprego

e renda, o que faz com que o pacto federativo seja quebrado constantemente. "Não que sejamos contra totalmente aos incentivos fiscais. C que se deve observar é a qualidade dos investimentos realizados no estado, sua capacidade de geração de emprego e renda, seu compromisso ambiental e seus efeitos positivos em outros setores da economia. Trazer empresas, subsidiando-as com custo elevadíssimo para o estado mas com poucos efeitos, por exemplo, na geração de empregos, renda e novas receitas públicas no âmbito macroeconômico realmente não é interessante para nenhum estado principalmente pobre economicamente", completou.

Economista destaca importância de isenções, mas acordos precisam ser revistos com o tempo

Guedes destaca que as isenções fiscais são importantes, mas que os acordos feitos poderiam ser revistos com o passar do tempo, após as empresas iniciar o período de obtenção de lucros. Porém, na prática é visto um jogo de negociação para que os valores não sejam revistos. Segundo ele, duas situações comuns nesses casos é a "ameaça" feita pelas empresas em seguir para outro estado, que também poderá ofertar a mesma medida, e também os laços políticos formados entorno da negociação da vinda do empreendimento para o estado.

"Acredito que as isenções fiscais são importantes para atrair empresas para o estado em um primeiro momento como forma de incentivos. Uma vez instaladas e passado o tempo de maturação dos investimentos, deve-se rever os termos dos contratos, não necessariamente retirar os benefícios em sua totalidade", detalhou Guedes. Com uma outra forma de atrair novos investimentos, e consecutivamente beneficiar os empresários, o mestre em economia afirma que a preparação e melhorias na formação da população, para elevar seu nível de escolaridade, com certeza era uma grande medida.

"Alagoas tem uma das piores educação do país, que resulta em 22% do total da população analfabeta que impacta diretamente na formação de mão de obra. Investimentos em infraestrutura. Por exemplo, nossa ferrovia está entregue ao relento, a BR 101 com as obras paralisadas, um porto já saturado em capacidade de operação para novas atividades, fornecimento de energia insuficiente, principalmente em Arapiraca. Falta uma política de benefícios na cobrança de ICMS para os empresários do ramo de comércio", disse.

INDÚSTRIA E EMPREGOS

O setor da indústria não tem gerado um alto número de empregos diretos em Alagoas. Em um dos seus artigos, publicados no CadaMinuto, Fábio Guedes salienta para o pequeno crescimento do emprego industriais no estado, que chegou apenas a 0,13%, entre os anos de 2007 e 2012, em compara-

GUEDES

"Acredito que as isenções fiscais são importantes para atrair empresas para o estado em um primeiro momento como forma de incentivos. Uma vez instaladas e passado o tempo de maturação dos investimentos, deve-se rever os termos dos contratos, não necessariamente retirar os benefícios em sua totalidade"

nesse setor.

"Somente para se ter uma ideia, entre 2011 e 2013 destruíram-se mais de 12,9 mil postos de trabalho, principalmente no complexo sucroalcooleiro, sem expectativa de reversão desse movimento nos próximos anos", explanou. De acordo com dados do Ministério, somente no mês de dezembro, Alagoas vem apresentando dados negativos desde 2007.

"Comemora-se no estado a instalação de novas fábricas e, para minha obtusa perplexidade, fala-se em 100 novas unidades industriais gerando 100 mil empregos, diretos e indiretos. Se esses números fossem reais, estaríamos não somente compensando a perda de empregos na indústria sucroalcooleira e em outras áreas, mas, talvez, alcançando um saldo favorável espetacular no estoque total de assalariados", opinou Guedes em um dos seus artigos.



Fábio Guedes, economista

Evolução do Estoque de Empregos na Indústria de Transformação no Nordeste- 2007/2012

Estados	2007	2012	Δ% 2012/2007
Alagoas	102.755	102.888	0,13%
Bahia	184.860	229.470	24,1%
Ceará	208.149	258.794	24,3%
Maranhão	33.186	40.811	23,0%
Paraíba	65.907	79.931	21,3%
Pernambuco	188.405	231.206	22,7%
Piauí	23.289	28.673	23,1%
Rio Grande do Norte	64.614	67.458	4,4%
Sergipe	33.206	46.653	40,5%
Nordeste	904.371	1.085.884	20,1%

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração própria